

# CONTRA A AMBIGUIDADE

**Samney é o presidente. Mas como poderá governar se não for em seu próprio nome?**

Por Gérard Lebrun, professor e ensaísta.

A emoção profunda que tomou conta do Brasil inteiro durante a doença do presidente Tancredo Neves apresenta, sem dúvida, um sentido altamente positivo. Ela assinalou um novo despertar da consciência cívica do País. Forneceu a ocasião para uma comunhão espiritual talvez sem precedentes na História do Brasil. Raramente a agonia de um chefe de Estado terá provocado igual mobilização popular. E as manifestações esparsas de religiosidade ingênua ou de superstição — tão acentuadas pelos meios de comunicação europeus, ávidos de folclore — em nada diminuem a significação desse movimento. Tudo se passou, nestas circunstâncias trágicas, como se o povo, espontaneamente, tivesse respondido ao apelo de reunião lançado pelo presidente Tancredo Neves.

Resta, porém, uma questão: saber se o sentimento coletivo de "perda do Pai" — que, inegavelmente, vai marcar por bastante tempo a consciência nacional — aumentará as chances de sucesso da Nova República, mesmo na ausência de um líder que parece ser insubstituível. E a imensa vaga passional, a que assistimos, poderá permitir o surgimento de um "tancredismo sem Tancredo"? Em meio a conjunturas assim fluídas não é muito prudente fazer conjecturas. Por enquanto, o melhor é nos limitarmos a algumas observações.

1º) A imensa popularidade gozada pelo presidente eleito constituía um fenômeno recente. Devia-se à "memorável campanha cívica" liderada por Tancredo Neves nas semanas que precederam a eleição de janeiro. Devia-se, em particular, ao fato de que ele soube não apenas exaltar os valores democráticos, mas também evidenciar ao povo que somente a democracia permitiria que a Nação encontrasse a via do desenvolvimento na fraternidade — e, no final do caminho, a grandeza. Palavras que conseguiram infundir ânimo a um povo que roça-

va o desespero, pouco acostumado, até então, a ser tratado como adulto por seus governantes. Contudo, quis o destino que ele passasse à História sem haver passado dessas nobres declarações de intenções. E podemos perguntar-nos se o exercício do poder não teria diminuído a glória que, assim, ele conquistou para sempre. Não faltaríamos com o respeito à memória de Tancredo Neves, considerando que provavelmente ele teria mais dificuldades em juntar-se a Tiradentes e aos Pais Fundadores, em seu panteão, caso morresse depois de apenas um ano no governo — e isso, mesmo levando em conta o seu extremo talento político. Nas condições em que se preparava para governar, restava-lhe muito pouca mobilidade, entre a política antiinflacionista — que parecia constituir o seu objetivo nº 1 — e as "medidas sociais" que prometia às classes mais desvalidas. O "pacto social", de contornos ainda indecisos, teria sido, na melhor das hipóteses, objeto de ásperas negociações... Em suma, é provável que o prestígio do presidente não bastasse para impedir que se ampliasse o descontentamento — ainda mais porque a esperança nele depositada fora tão grande. O exercício do poder, do dia-a-dia, prejudica o crédito até dos líderes ditos "históricos" (Churchill, de Gaulle) — e o "mito de Kennedy" certamente teria sido mais vivo, se seus assassinos o tivessem colhido nas vésperas de ele entrar na Casa Branca.

2º) Nessas condições, o "mito", já formado em torno de Tancredo Neves — mito positivo, repito, no que se refere à afirmação do sentimento nacional —, apresenta o risco de prejudicar o seu sucessor. Este se encontra na delicada posição de precisar cumprir as promessas eleitorais do ano passado — e de somente poder cumpri-las, está óbvio, pela metade. Nesse caso, o que poderá acontecer? A História nos instrui sobre como é efêmero o fenômeno político da

"união sagrada". Na democracia, o descontentamento (crônico) logo volta a preponderar. E tal descontentamento, neste caso bastante próximo da exasperação (legítima), redobrará de vigor na medida em que os descontentes poderão invocar o nome do Pai ausente (que teria agido de outro modo, que teria feito outras opções, etc...). Assim, há muitas probabilidades de que, passadas estas primeiras semanas, a veneração tributada a esse grande morto contribua para dificultar a tarefa dos governantes. Será difícil dirigir o País na companhia, por assim dizer, de uma sombra ilustre, que a opinião se encarregará de transformar, a todo propósito, em uma testemunha severa, e até num censor de além-túmulo.

## **"O "mito", já formado em torno de Tancredo Neves, apresenta o risco de prejudicar o seu sucessor."**

3º) Considerando-se a situação insólita na qual ora se encontra o governo, pode-se verificar como o "tancredismo" sentimental já começou a restringir a margem de iniciativa do poder. Não sei se existem muitos exemplos, na história das democracias, de um presidente moralmente obrigado a governar um grande país em crise com uma equipe ministerial que ele não escolheu — e cuja composição ele não poderia modificar a fundo, pelo menos por enquanto, sem parecer cometer um sacrilégio. Tampouco é invejável a condição dos principais ministros, cuja autoridade e liberdade de decisão dependeriam, em grande parte, da confiança pessoal que o presidente eleito neles depositara. Por mais sinceras que sejam, todas as promessas de levar a cabo o projeto

de Tancredo Neves em nada alterarão esse estado de fato. Dizem-nos que a boa vontade de uns e outros bastará para contornar esse obstáculo. Mas haverá casos a arbitrar, em meio a conjunturas urgentes e muitas vezes imprevisíveis — e o presidente não poderá desincumbir-se dessa tarefa tentando falar em nome do defunto. Por acaso deverá ele, durante o resto de seu mandato, forçar-se a cumprir o papel de substituto daquele que não assumiu o poder? Uma tal situação seria infeliz e, no limite, absurda: como imaginar Truman se esforçando por governar na ilha que "teria sido" a de Roosevelt? Ou Johnson tentando imitar Kennedy?

Esse "interim moral" não poderia, sem dúvida, durar mais que um curto espaço de tempo. Mas isso mesmo já seria suficiente para induzir um grave mal-estar. E quanto tempo perdido, enquanto se vão acumulando os problemas a resolver...

4º) Inútil repetirmos que o presidente Sarney não goza — junto ao público e à classe política — do mesmo prestígio e crédito que Tancredo Neves. A imprensa, estes dias, não perdeu ocasião de grifar esse fato — com alguma crueldade e talvez uma certa injustiça em relação a ele. Em todo caso, é provável que nessas condições o presidente somente possa firmar a sua liderança na medida em que leve em conta as reticências e suscetibilidades do Congresso e aumente, de fato, as prerrogativas deste último e o seu direito a supervisionar o Executivo. Se assim for, o presidente deverá, paulatinamente, restringir o seu poder de decisão, para melhor ser "reconhecido" como chefe de Estado da Nova República. Ora, o comportamento de Tancredo Neves sem dúvida seria diferente deste: a análise do seu discurso-testamento faz pensar que, se pretendia restituir ao legislativo todo o seu papel e dignidade, sequer sonhava tolerar ingerências na área do executivo. Muitos observadores parecem supor que uma volta, aberta ou

disfarçada, ao regime de assembléia (até se ouve pronunciar o termo "parlamentarismo"...), longe de enfraquecer a Nova República, consagraria o triunfo da democracia. Receio, porém, que sofram amarga surpresa, e logo descubram o quanto é perigoso — especialmente num país tão perto da superinflação — deixar aos partidos e aos diversos grupos de interesses a incumbência de decidir, em última instância, os negócios públicos.

Por que disfarçá-lo? Um mal-estar já reina na vida política. Um mal-estar que, caso se prolongue e institucionalize, trará o risco de desferir, lenta porém inevitavelmente, um golpe mortal na Nova República. Somente uma solução permitiria pôr fim a esse estado de coisas — uma solução radical. Que o presidente, devido simplesmente à situação falsa que ameaça submergi-lo, coloque em jogo o seu mandato. E que, no menor tempo possível, eleições presidenciais em dois turnos (esse último ponto, raramente sublinhado, é essencial, para que o eleito obtenha a maioria absoluta de votos) confiem o poder a um homem e a uma equipe que, certamente, retornarão à sua maneira a mensagem de Tancredo Neves, mas que, dispondo de um mandato conferido pelo sufrágio universal, não precisem prestar contas imaginárias ao estadista desaparecido, e contem, portanto, com uma plena liberdade de movimento. Sei que esta solução não tem a menor chance de ser adotada neste momento. É pena. Pois todas as medidas e todos os compromissos, por "hábeis" que sejam, têm todas as chances de criar a ambiguidade no cume do poder e de favorecer o seu gradual enfraquecimento. Assistiríamos, então, a um "não-tancredismo" praticado sob a capa do culto de Tancredo. Mesquinha homenagem que seria prestada a um grande brasileiro. Mas grave perigo, para o qual convém chamar a atenção.